



REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE
SECRETARIADO DO CONSELHO DE MINISTROS

Aos Órgãos de Comunicação

O Conselho de Ministros, reunido na sua 4.^a Sessão Ordinária, no dia 13 de Fevereiro de 2018, apreciou e aprovou, para submeter à Assembleia da República:

- A Lei de Revisão da Lei n.º 4/96, de 4 de Janeiro, Lei do Mar.

A revisão da Lei visa estabelecer o regime jurídico aplicável ao exercício dos poderes de soberania e jurisdição sobre o Espaço Marítimo Nacional, de exploração dos recursos marinhos vivos e não-vivos, bem como de utilização do domínio público marítimo.

- O Balanço do Plano Económico e Social de 2017 e o Relatório de Execução do Orçamento do Estado de 2017.

O Balanço do Plano Económico Social de 2017, apresenta um desempenho satisfatório nos indicadores estratégicos do Programa Quinquenal do Governo (PQG), com destaque para:

- O crescimento do PIB anual, em cerca de 3,7%;
- A inflação média, em 15.1%, contra 15.5% programados;
- As Reservas Internacionais Líquidas cobrindo 7,3 meses de importação de bens e serviços não factoriais, excluindo os megaprojectos.

- A execução do Orçamento do Estado de 2017 reporta, nomeadamente, os seguintes resultados:

- Uma cobrança de receita de 213.780,1 milhões de Meticais, equivalente a 114,7% da previsão anual, incluindo 20.9 mil milhões de Meticais de mais-valias resultantes da transferência indirecta de 25% do interesse participativo

na área 4 da Bacia do Rovuma pela ENI EAST SPA para a EXXMOBIL África Development;

- Despesa total de 242.285,3 milhões de Meticais, correspondente a 89,0%, do Orçamento Anual;
- Défice orçamental, após donativos, de 22.7%, contra os 31% programados.

Nesta Sessão, o Governo apreciou e aprovou:

- O Decreto que aprova o Regulamento de atribuição do Subsídio em Prisão Preventiva aos Funcionários e Agentes do Estado.

O Subsídio em Prisão Preventiva tem como objectivo assegurar a prestação de alimentos aos dependentes do funcionário ou agente do Estado preso preventivamente, por força do princípio de presunção de inocência, consagrado no n.º 2 do artigo 59 da Constituição da República.

- O Decreto que aprova o Regulamento de atribuição de Distinções e Prémios aos Funcionários e Agentes do Estado.

O Regulamento estabelece normas e critérios a aplicar na atribuição de distinções e prémios aos Funcionários e Agentes do Estado.

- A Resolução que aprova o Plano Estratégico do Ensino Técnico Profissional para 2018-2024.

O Plano Estratégico define as principais linhas orientadoras para o desenvolvimento do Ensino Técnico Profissional para os próximos sete anos, operacionaliza a visão do Governo, plasmada no seu Programa Quinquenal 2015-2019, que elegeu o Desenvolvimento de Capital Humano e Social como uma das suas prioridades

- A Resolução que determina a cessação de funções de Jaime Cuambe, do cargo de Presidente do Conselho de Administração da Televisão de Moçambique, EP.
- Resolução que nomeia, Armando Inroga, para o cargo de Presidente do Conselho de Administração da Televisão de Moçambique, EP.

Ainda nesta Sessão foram apreciadas informações sobre:

- O desempenho do Instituto Nacional de Estatística e os resultados preliminares do IV Recenseamento Geral da População e Habitação, em 2017;
- Balanço de Abertura do Ano Lectivo 2018;
- A Situação dos Transportes Públicos Urbanos com a entrada em funcionamento de novos autocarros.

Maputo, 13 de Fevereiro de 2018.